

## Ecosocioeconomia das organizações: gestão que privilegia uma outra economia

### Eco-social economics of organizations: management that privileges another economy

#### Resumo

Apesar da hegemonia do utilitarismo econômico e do darwinismo social, emergem alternativas ecosocioeconômicas que tentam dar conta das insuficiências da combinação desses modelos. Tem-se como objetivo pensar na construção de uma alternativa (ecos)socioeconômica que dê conta das insuficiências da combinação destas dinâmicas a partir do estado atual do conhecimento sobre experiências em curso que convergem para uma "outra economia", ou seja, a ecosocioeconomia das organizações. Este artigo baseia-se em pesquisa empírica exploratória de perfil qualitativo acerca de experiências brasileiras e chilenas que ilustram cada desdobramento identificado pela ecosocioeconomia das organizações. Os trabalhos teóricos ou ideológicos são bem elaborados, entretanto sem prática convincente. Os trabalhos empíricos vêm apresentando resultados promissores, contudo, sem uma proposta clara de modelo de gestão que dê conta de tais desafios. Essas experiências quando não sistematizadas em uma rede bem articulada, geralmente são cooptadas pelo sistema que estavam tentando superar, caracterizado principalmente pela sobreposição da eficiência produtiva econômica à efetividade socioambiental.

**Palavras-chave:** ecosocioeconomia das organizações; agenda 21 local; turismo comunitário; responsabilidade socioambiental empresarial; economia solidária.

#### Abstract

Since both utilitarian economy and the social darwinism have taken control over the organizational field, there has been a need for the construction of an alternative economics. The aim is to construct an alternative eco-social economics from the experiences in course that converge with another economy, that is, the Ecosocioeconomics of the Organizations. The study was made based in Chileans' and Brazilians' experiences. The theoretical works and ideologies that have been dealt with within the subject have all been well worked at, however without convincing practices. The empirical works have also been presenting promising results, however they have not had a clear proposal of a management model that would deal effectively with such challenges. When these experiences are not well systematized within a well-articulated network, most of the time they are co-opted by the system they were trying to overcome, which is mainly characterized by the higher importance given to production efficiency over socio environmental efficiency.

**Keywords:** eco-social economics; local 21 agenda; communitarian tourism; entrepreneurs' socio environmental responsibilities; solidarity economy.

*Carlos Alberto Cioce Sampaio\**  
*Ivan Sidney Dallabrida\*\**

\* Doutor em Ciências Contábeis e Administração (FURB); Professor do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Meio Ambiente e Desenvolvimento (MADE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Sócio-Fundador do Instituto LaGOE: Laboratório de Gestão que promove o Ecodesenvolvimento (ONG situada em Curitiba). Pesquisador CNPq. Email: carlos.cioce@gmail.com

\*\* Mestre em Desenvolvimento Regional pela FURB. Pesquisador do Instituto LaGOE. E-mail: ivan.dallabrida@gmail.com

## Introdução

Diante da atual conjuntura econômica, apontada por críticos da dinâmica capitalista e da economia de mercado por não mais responder aos novos desafios colocados pelo aquecimento global e ser a causa de tantas “patologias” sociais, faz-se necessário apontar algumas alternativas viáveis nos mais variados aspectos<sup>1</sup>.

Tais “patologias” podem assim ser classificadas:

- a) socioambientais: processos produtivos que privatizam lucros e socializam prejuízos socioambientais, evidenciado pelo descaso com o manejo de recursos naturais não-renováveis;
- b) socioespaciais: planejamento e gestão setorializados e padrões de uso e de acesso à terra privados prevalecendo sobre os comunitários;
- c) sociopolíticas: instâncias democráticas manipuladas por interesses oligopolistas e burocracia dominada por interesses corporativistas;
- d) dsocioeconômicas: subtrabalho, não-trabalho, exclusão social e apelação desenfreada pelo consumo (mesmo entre aquelas pessoas que não teriam condições para isso); e
- e) socioculturais: substituição de modos de vida tradicionais por padrões homogeneizados e ressignificação do trabalho humano como trabalho repetitivo alienado (DOWBOR, 1983; MAX-NEEF, 1986, 1993; BERKES, 1996; DOUROJEANNI, 1996; RAZETO, 1997; SEN, 2000; SANTOS; SOUZA; SILVEIRA, 2002; SINGER, 2002; SACHS, 2003, 2004).

Estas “patologias” são encontradas no seu extremo, sobretudo nos países menos desenvolvidos, que em sua maioria possuem baixo ou médio Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e, em menor grau

também nos países chamados desenvolvidos (com IDH elevado). Sob estas evidências apontadas, o que se acostumou chamar de desenvolvimento<sup>2</sup> é qualificado pelos mesmos críticos como “mau desenvolvimento”, ou seja, um processo civilizatório que privilegia a minoria da população mundial. Outro conjunto de indicadores agregados – denominado Pegada Ecológica –, leva em conta a incapacidade de carga do planeta para suportar tal estilo de desenvolvimento. Neste indicador, para que o planeta pudesse suportar tal carga, sugere-se que este deveria ter uma área biofísica maior (WACKERNAGEL; REES, 2001). Some-se a isto os efeitos do aquecimento global que vem sendo divulgados pelo *Intergovernmental Panel on Climate Change* e aponta como causa do desequilíbrio a emissão de gases de efeito estufa pela ação antrópica (WMO-UNEP, 2007).

Em síntese, estabeleceu-se um modo de desenvolvimento humano baseado na combinação entre utilitarismo econômico – fruto da dinâmica capitalista –, e o chamado *darwinismo social* – resultado da dinâmica de um mercado autorregulado –, ocasionando uma racionalidade social egocêntrica, centrada no cálculo de conseqüências de ganho econômico individual. Não é de hoje que a dinâmica capitalista vem sendo apontada como a principal causadora das “patologias” socioambientais, socioespaciais e socioeconômicas, que privilegia o cálculo de conseqüências econômicas individuais de curto prazo sobre coletivas de médio e de longo prazo. Por conseguinte, a economia de mercado pode ser indicada como causadora principal das “patologias” sociopolíticas e socioculturais, argumentando que a má distribuição de renda é justificada pelo esforço de alguns e a falta de vontade de outros.

Diante deste contexto, tem-se como objetivo pensar na construção de uma alternativa (ecos)socioeconômica que dê conta das insuficiências da combinação destas dinâmicas. Isso a partir da busca do estado atual do conhecimento sobre experiências em curso que convergem com uma outra economia, ou seja, a ecossocioeconomia das organizações.

<sup>1</sup> Nesse sentido, ao analisar experiências mundiais de produção não-capitalista, como alternativas ao modelo excludente, Santos e Rodríguez (2002), concluem que as condições econômicas, políticas e sociais contemporâneas favorecem experiências associativas e práticas cooperativas.

<sup>2</sup> Tido muitas vezes como sinônimo de crescimento econômico.

A ecossocioeconomia das organizações analisa as complexidades do cotidiano, repensa a economia através do ecodesenvolvimento e quebra paradigmas ao contrapor-se ao utilitarismo economicista. Não se tem, contudo, a pretensão de transformá-la em outro modelo hegemônico, mas criar metodologias de gestão que enfatizem ações participativas, descentralizadas e, ainda, social e ambientalmente responsáveis. Os estudos pretendem viabilizar ações em nível macroeconômico (interorganizacional) e microeconômico (organizacional) possibilitando a ampliação de oportunidades de trabalho e renda, principalmente em comunidades afastadas das sedes de seus municípios (SAMPAIO, 2009).

O artigo inicia-se pela metodologia, que é baseada em pesquisas empíricas exploratórias acerca de experiências consideradas de ecossocioeconomia das organizações, cuja base conceitual é delineada no capítulo 3. Neste capítulo, explicita-se também os desdobramentos daquele conceito, quais sejam: Agenda 21 Local, Turismo Comunitário, Responsabilidade Socioambiental Empresarial, Economia de Comunhã e Economia Solidária. No capítulo seguinte, são relatadas, de forma sintética, as experiências que representam cada desdobramento e, abordadas limitadamente, suas contribuições para o conceito-base desse estudo. As considerações finais provindas da análise da base conceitual e das experiências constituem o quinto capítulo.

## 1 Metodologia

Este estudo vale-se de pesquisa exploratória sobre experiências brasileiras e chilenas em curso que podem ser qualificadas como de ecossocioeconomia das organizações. Essas experiências foram catalogadas processualmente e analisadas de forma definitiva, a partir de um projeto de pós-doutoramento no qual se visitou presencialmente todas as experiências. Apresenta-se aqui um extrato resumido dos resultados encontrados, ilustrando-se com uma experiência para

cada agrupamento: a) Agenda 21 Local: Fórum da Agenda 21 da Lagoa de Ibiraguera (municípios de Garopaba e Imbituba, Santa Catarina, Brasil), iniciada em 2001; b) Turismo Comunitário: Prainha do Canto Verde (Beberibe, Ceará, Brasil), iniciada em 1997; c) Responsabilidade Socioambiental Empresarial (RSE): *Florestal Río Cruces* (sede Lanco, Región Los Lagos, Chile), fundada em 1993; d) Economia de Comunhão (EdC): *Sociedad de Inversiones Foco - Ahorro y Credito* (sede em Santiago, Chile), criada em 1982; e e) Economia Solidária: Plataforma *Komyuniti* de Comércio Justo (sediada em Santiago, Chile), criada desde 1996.

## 2 Ecossocioeconomia das organizações: por uma “outra” economia

O termo ecossocioeconomia<sup>3</sup> surge a partir da obra do economista ecológico Karl William Kapp (1963). O primeiro prefixo “Eco” (*Oikos* = Casa) refere-se à ecologia e reforça o que o segundo prefixo “eco” já deveria fazê-lo. Todavia, este foi vulgarizado ao longo da história ao remeter seu significado ao que Aristóteles já denunciava como crematística.

A ecossocioeconomia está imbricada na discussão sobre o ecodesenvolvimento (entendido como antecedente do desenvolvimento sustentável). E este, foi apontado como um paradigma sistêmico, compreendendo princípios da ecologia profunda (repensa os atuais estilos de vida), economia social (pondera as consequências sociais na ação econômica), economia ecológica (pondera custos ambientais na ação econômica), ecologia humana (tem como premissa a inseparabilidade dos sistemas sociais e ecológicos) e planejamento participativo (SAMPAIO *et al.*, 2008).

<sup>3</sup> Ver recente trabalho de Sachs (2007) organizado por Paulo F. Vieira, intitulado *Rumo à Ecossocioeconomia*.

Enquanto o ecodesenvolvimento privilegia o enfoque epistemológico-teórico, a ecossocioeconomia enfatiza o enfoque metodológico-empírico. A ecossocioeconomia ocorre no mundo da vida, nas comunidades, nos povoados, nas organizações, onde os problemas e as soluções acontecem e raramente são devidamente qualificados (SAMPAIO *et al.*, 2008). Trata-se de uma teoria pensada, partindo das experimentações e da complexidade do cotidiano (SACHS, 1986a, 1986b).

Como desdobramento para pensar as organizações, surge o termo ecossocioeconomia das organizações que possibilita pensar a viabilidade interorganizacional para tal proposta e a efetividade extra-organizacional para o território, além de relevar a chamada extraracionalidade nos processos de tomada de decisão aos grupos organizados ou quase organizados que promovem o ecodesenvolvimento.

A ecossocioeconomia das organizações privilegia os estudos que possibilitam a viabilidade macro (interorganizacional) e microeconômica (organizacional) de grupos organizados ou quase organizados articulados, chamados de empreendimentos compartilhados (SAMPAIO, 2009, p. 13).

A ecossocioeconomia das organizações sugere a eminência de uma ação extra-organizacional, isto é, o agente organizacional relevando os impactos de sua ação sobre o entorno territorial (SAMPAIO, 2009). No sentido de acordos institucionais, pensados como acordos sociopolíticos e socioprodutivos de base comunitária, de modo que gerem capital social, sugere-se identificar os representantes das organizações que irão compor os acordos, a reunir e estimular as bases para pensar três diferentes ações: interorganizacionais, extra-organizacionais e extra-rationais (SAMPAIO *et al.*, 2008).

## **2.1 Interorganizacional, extra-organizacional e extra-rationabilidade**

A natureza no homem permite a este superar a contradição inerente ao estado social; ou seja, entre as suas inclinações individuais e os seus deveres coletivos;

mesmo porque se percebe que estes elementos necessitam um do outro para se manifestarem, tal como se apregoa na interorganização (ROUSSEAU; ROUSSEAU, 2001). Quando esta possui ênfase sociopolítica, chama-se de arranjo institucional, e na ocasião que possui ênfase socioeconômica, denomina-a de arranjo produtivo local. A interorganização não pode ser legítima senão quando se origina de um consentimento necessariamente consensuado. Este entendimento mútuo sobrepõe-se às ações voltadas ao sucesso, às vezes chamadas equivocadamente de estratégicas, materializadas em sujeitos oportunistas para influenciar outros (HABERMAS, 1989).

A participação interorganizacional deve, então, girar em torno do espaço mediado entre o interesse público e o privado, que é uma ação coletiva, operando sobre as bases da intersubjetividade e do entendimento genérico pela linguagem trivial do cotidiano, em distinção dos símbolos específicos vigentes nas diferentes instituições (entendidas como organizações). O espaço público representa o nível onde se dá esse confronto de opiniões que disputam o recurso escasso da tematização e da conseqüente atenção dos tomadores de decisão. As esferas do Estado, mercado e sociedade civil, mesmo que ainda possuam ambigüidades quanto ao caráter público do problema, ora se complementando, ora se interpondo, devem ser vistas como potenciais criadores que enriquecem o processo de negociação. Pois são elas (as esferas) que legitimam os processos participativos - como são os arranjos institucionais e produtivos -, e que, conseqüentemente, possibilitam, no bojo da discussão, o surgimento de questões estratégicas negociadas, o que, neste caso, é necessariamente diferente da soma destas esferas (COHEN; ARATO, 1992; COSTA, 1994).

O conceito extra-organizacional está atrelado ao de interorganizacional. Quando se governa uma interorganização presume-se que além do critério de eficiência (é medida através dos processos de produção que, no seu conjunto, determinam o grau de produtividade) e eficácia (é verificada através dos resultados desses processos de produção, que determinam,

por sua vez, o grau de competitividade), atrelados a gestão organizacional, deve-se privilegiar o critério efetividade, isto é, relevar a gestão de risco socioambiental quanto ao território. O conceito de território deve estar distanciado da sua subversão ou sua subordinação aos fluxos meramente econômicos, recompondo-se e reconceituando-se como um movimento de elementos, entre eles, sociais, geográficos e naturais; e a preocupação não está na definição de seus limites, mas nos entrelaçamentos que o compõem. Não há, então, como estudar o território sem fazê-lo correlativamente, em duplo sentido, com os demais contextos: local, microrregional, regional, nacional e internacional. Entretanto, o território possui especificidades que não devem ser tomadas como mero reflexo destes demais contextos. Sugere-se, então, que num cenário de gestão interorganizacional ou arranjo institucional, o conjunto de organizações que o compõem deverá refletir não apenas a micro complexidade do território, mas também a macro complexidade dos demais espaços (FISCHER, 1993; SANTOS, 1994; LEVY, 1998).

Operacionalizando estes dois princípios da ecossocioeconomia nas organizações, sugere-se que a governança interorganizacional deve ser conduzida pautada por critérios extra-organizacionais, no sentido de incorporar demandas socioambientais oriundas do território ao qual a interorganização está instalada; onde a racionalidade seja conduzida pelo cálculo de consequências societárias, privilegiando as dimensões sócio-econômico-ambientais (sustentáveis) para poder corrigir os equívocos provocados por um modelo de gestão que privilegia apenas critérios intraorganizacionais (para dentro da organização), baseado numa racionalidade econômica de cálculo de consequências apenas organizacional (SAMPAIO, 2004; 2000). Diante da impregnação do termo racionalidade com critérios econômicos, resgata-se o termo extra-racionalidade que pode ser considerado como uma pré-racionalidade, baseado em uma dimensão tácita, ou seja, ainda pouco visível, do conhecimento contido nas organizações, nos territórios, aonde os problemas realmente acontecem e sua soluções também (FERNANDES; SAMPAIO, 2006).

## 2.2 A ecossocioeconomia das organizações e seus desdobramentos

A partir de uma análise qualificada das experiências pesquisadas, definiu-se cinco desdobramentos da ecossocioeconomia das organizações, que caracterizam bem seu enfoque metodológico-empírico: Agenda 21 Local, Turismo Comunitário, Responsabilidade Social Empresarial (RSE), Economia de Comunhão (EdC) e Economia Solidária (ES); neste último, enfocou-se uma vertente da ES, denominada Comércio Justo.

a) O primeiro desdobramento remete à Agenda 21, um compromisso internacional de alta cúpula governamental e não-governamental que assumiu o desafio de incorporar às políticas públicas dos países signatários princípios que os colocavam a caminho de um outro desenvolvimento, chamado ecodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentável (AGENDA, 2000). Esse compromisso constitui-se na mais abrangente iniciativa para promover justiça social, eficiência econômica e prudência ecológica, incluindo ações para os países desenvolvidos e em desenvolvimento e apoiada em valores como democracia e participação – igualdade de direitos, combate à pobreza e à miséria e respeito à diversidade cultural; sustentabilidade social e ambiental como ética; e globalização positiva – reorientação do processo de desenvolvimento.

No âmbito local, a Agenda 21 pressupõe a tomada de consciência por todos os indivíduos sobre os papéis ambiental, econômico, social e político que desempenham em sua comunidade e exigem, portanto, a integração de toda a comunidade no processo de construção do futuro. A comunidade compartilhando com o governo as responsabilidades pelas decisões possibilita uma maior sinergia em torno do projeto de desenvolvimento sustentável, aumentando as chances de sua implementação (CONSTRUINDO, 2000).

Após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), 1.652 municípios brasileiros declararam, através da pesquisa Municipal



de Meio Ambiente realizada em 2002, contar com a Agenda 21. Contudo, a pesquisa não relevou o estágio atual de sua implantação nestes municípios e tampouco sua formalização legal. Cerca de 53% destes municípios não declararam ter Fórum da Agenda 21 instalado, o que evidencia a falta de representação comunitária, desvirtuando assim o propósito principal do espírito da Agenda (IBGE, 2005).

A instalação de espaços públicos democráticos como o Fórum, além de fomentar a participação dos atores envolvidos, possibilita o estabelecimento de ações planejadas. Nesse sentido, como bem ressalta Sachs (1993, p.66), ao discorrer sobre a Agenda 21 no enfrentamento dos complexos desafios para se chegar a um novo modelo de desenvolvimento, aqueles desafios “não serão resolvidos em uma economia do *laissez-faire* por meio de uma sucessão de decisões locais descoordenadas e de curto prazo [...]”.

b) O turismo comunitário representa o segundo desdobramento da ecossocioeconomia. Embora tenha como eixo norteador integrar vivências, serviços de hospedagem e de alimentação, o que a *priori* não o diferencia das três modalidades de turismo com as quais poderia ser confundido – turismo cultural ou etnoturismo (incluindo o turismo indígena), ecoturismo e agroturismo –, possui uma característica peculiar que é a de entender a atividade turística como um subsistema interconectado a outros subsistemas, como por exemplo educação, saúde e meio ambiente.

Ou seja, o turismo comunitário é pensado como um projeto de desenvolvimento territorial sistêmico (sustentável) a partir da própria comunidade (o que poderia ser destacado como segunda característica), na qual é promovida, entre outras coisas (e o que seria uma terceira característica), a convivencialidade entre população originária, visitantes e residentes (sem descartar os domiciliados não-residentes e migrantes).

Essa convivencialidade é incrustada em um arranjo produtivo e político de base comunitária, de forma a fomentar a relação social entre modos de vida distintos,

que congregam conhecimento formal e tradicional e que na sua essência supera a mera relação de negócio, resgatando e reconstruindo o interesse pelo outro, pelo diferente, pela alteridade, pelo autêntico, enfim, pela interconectividade entre os sistemas sociais e ecológicos (IRVING; AZEVEDO, 2002; CORIOLANO; LIMA, 2003; SAMPAIO, 2004).

As experiências de turismo comunitário vêm ganhando notoriedade, sobretudo pela capacidade potencial de municípios sulamericanos implementarem uma atividade econômica de baixo investimento (de pequena escala), geradora de postos de trabalhos não-especializados e de baixo impacto ambiental (SAMPAIO, 2005).

c) O terceiro desdobramento é representado pela Responsabilidade Socioambiental Empresarial (RSE).

Em 1998, o Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD) lançou a base do conceito moderno de responsabilidade social corporativa, que constitui o

comprometimento permanente dos empresários de adotar um comportamento ético e contribuir para o desenvolvimento econômico, melhorando simultaneamente a qualidade de vida de seus empregados e de suas famílias, da comunidade local e da sociedade como um todo (ALMEIDA, 2002, p.137).

Portanto, sua prática significa mudança de atitude no processo de gestão, que deve estar pautado na qualidade das relações pessoais intra (dentro da organização), inter (entre as organizações da cadeia produtiva) e extraorganizacional (relações com a comunidade, mercado e governo), agregando valor para todos (MODENESI, 2003).

Assim, embora haja esforços de consolidação de uma rede de instituições, sobretudo no Brasil – dentre as quais o Instituto Ethos -, que fomenta a adoção da RSE, grande parte das iniciativas restringe-se ainda a medidas paliativas e cosméticas que, muitas vezes, confundem-se com mero marketing institucional. Apesar das boas intenções dessas instituições, não há

como negar ou coibir possíveis interesses empresariais disfarçados, motivados sob o apelo de tornarem suas empresas mais competitivas, de forma a prospectar uma imagem conveniente de responsabilidade socioambiental, em virtude das exigências do mercado, para que não se corra riscos de rejeição de marcas ou produtos. Por outro lado, existem empresas que assumem uma visão de longo prazo e que, focadas na competitividade sistêmica, acabam por superar a mera racionalidade econômica utilitarista, aprisionada na missão organizacional descolada de um ideário institucional (DALLABRIDA; SAMPAIO, 2006; SAMPAIO; SOUZA, 2006).

d) O projeto da Economia de Comunhão (EdC) constitui o quarto desdobramento. Ao emprestar do movimento dos Focolares<sup>4</sup> os valores, os princípios, a visão de mundo para aplicar ao espaço da produção e do trabalho, a EdC prega fazer da atividade econômica, sobretudo a empresa, um lugar de encontro no sentido mais profundo do termo; um lugar de comunhão entre quem tem bens e oportunidades econômicas e quem não os tem (SAMPALIO *et al.*, 2003).

As empresas da EdC devem canalizar capacidades e recursos para produzir riqueza em prol dos que se encontram em dificuldades. Dentre esses recursos está o lucro, que é objeto de uma divisão tripartite:

- parte utilizada no reinvestimento na própria atividade produtiva de modo que ela se mantenha economicamente viável;
- parte no auxílio a pessoas necessitadas (ligadas ao movimento dos Focolares), dando-lhes a possibilidade de viver de modo mais digno, à espera de um trabalho, ou oferecendo-lhes emprego nessas empresas;

<sup>4</sup> O Movimento dos Focolares, que possui cinco milhões de integrantes leigos, religiosos, não religiosos, e sem credo religioso em todo o mundo, tem viés espiritual, caritativo, social, econômico, político, ecumênico, inter-religioso, cultural, etc. Sua essência consiste na chamada “cultura do dar”, que preconiza a comunhão de bens entre todos os membros e em consistentes obras sociais. (LUBICH, 2002).

- a última parte para desenvolver estruturas visando à formação de homens e mulheres que motivam a vida pela cultura do dar (LUBICH, 2002).

Dallabrida e Sampaio (2006) aponta que a EdC, com pouco mais de uma década, começou recentemente a produzir resultados teórico-empíricos, mas as empresas vinculadas ao projeto, por serem movidas por um “ideal” ético, caminham no sentido da possibilidade da construção de sociedades sustentáveis, incorporando em seu agir algumas dimensões da sustentabilidade. As experiências vêm sendo analisadas, sobretudo por participantes do movimento dos Focolares, ao qual a EdC está vinculada, o que pode revelar certa tendenciosidade nas análises e interpretações, mesmo sem intencionalidade.

e) Por fim, o último desdobramento deste estudo: a Economia Solidária (ES). Trata-se de uma categoria da economia que se funda na crise do capital e do Estado e representa a expressão de uma das respostas dos trabalhadores que incorporam suas críticas históricas ao capital e constituem uma forma de organização não capitalista (SINGER, 2002).

A ES prega princípios democráticos, ou seja, autogestionários. Apregoa que pode existir solidariedade na economia, sobretudo quando se garante direitos iguais entre aqueles que se associam para financiar, produzir, comerciar ou consumir mercadorias. No entanto, existem dificuldades de se inserir à lógica associativista na economia de mercado e, quando se consegue, corre-se ainda o risco de se desvirtuar dos princípios associativistas (SINGER, 2002).

Nesse estudo, aborda-se o Comércio Justo ou *Fair Trade*, uma das variantes insculpidas na Economia Solidária. O Comércio Justo surge para assegurar uma nova relação, livre, direta e honesta entre três novos sujeitos econômicos:

- produtores em vias de empobrecimento, geralmente excluídos ou com desvantagens no comércio praticado no âmbito da economia de mercado;

- consumidores solidários que estão dispostos a pagar um sobrepreço; e
- os intermediários sem ânimo de lucro.

Sinteticamente, caracteriza-se por uma relação comercial em que consumidores aceitam pagar um sobrepreço sobre os produtos numa forma de remuneração mais justa aos produtores, como “premiação” a uma produção resultante da incorporação de boas práticas socioambientais, ou seja, em nome da preservação dos valores histórico-culturais locais, da proteção e conservação do meio ambiente, do fomento ao desenvolvimento local e da inclusão social pelo trabalho e renda (PLATAFORMA KOMYUNITI, 2005; ESPANICA, 2005).

### 3 O estado atual de conhecimento sobre experiências latinoamericanas em curso

A seguir, serão relatadas as experiências brasileiras e chilenas que ilustram cada desdobramento identificado pela ecossocioeconomia das organizações.

#### 3.1 Agenda 21 local: uma experiência no sul catarinense

Desde 2000 vem sendo desenvolvido na área do entorno da Lagoa de Ibiraquera, situada nos municípios litorâneos de Imbituba e Garopaba (SC), um diagnóstico socioambiental participativo orientado para a definição de um plano experimental de desenvolvimento local integrado e sustentável – ou *ecodesenvolvimento*.

Este trabalho vem sendo conduzido pelo Núcleo do Meio Ambiente e Desenvolvimento (NMD) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), dando continuidade a um projeto de doutorado que estava em curso em meados de 2000<sup>5</sup>. Após algumas reuniões

entre lideranças comunitárias e o NMD/UFSC com sua equipe interdisciplinar, chegou-se a um consenso de que as aspirações da comunidade convergiam com as intenções do NMD/UFSC de pesquisar e dar apoio técnico-científico à área. Firmou-se então um acordo que resultaria mais tarde da criação do Fórum de Agenda 21 da Lagoa de Ibiraquera<sup>6</sup>.

Para realizar o diagnóstico socioambiental participativo instituiu-se um fórum comunitário, valendo-se de grupos de trabalho (pesca, turismo, saúde e saneamento, educação e cultura), atualmente em fase de consolidação institucional – o Fórum da Agenda 21 local. Envolveu-se lideranças comunitárias, representantes de ONGs, equipe de pesquisadores e, esporadicamente, agentes governamentais.

Entre as debilidades apontadas, salienta-se a necessidade de maior intercâmbio entre as inter-relações múltiplas dos Grupos de Trabalho (GTs) componentes do Fórum da Agenda 21 da Lagoa de Ibiraquera, de modo que se pudesse visualizar melhor a complexidade sistêmica da dinâmica. Atualmente, nem sequer existem mais os GTs.

Quanto à conscientização da comunidade, embora os atores sociais sejam capazes de perceber e apontar os problemas socioambientais causados pelas atividade turística (mesmo porque, por meio de fotos aéreas, comprova-se aumento da área de vegetação na região!), eles não enxergam a si próprios como agentes de degradação, isto é, problemas “são e estão sempre no outro”. Para exemplificar, proprietários de pousadas que construíram seus equipamentos no morro da Praia do Rosa – ocupando quase a área total do terreno com a derrubada da mata nativa –, não consideram seus empreendimentos como sendo impactantes, mesmo

5 SEIXAS (2005).

6 No ano de 2003, a UFSC conseguiu apoio financeiro do Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA) do Ministério do Meio Ambiente (MMA), com o projeto intitulado Manejo Integrado da Pesca na Lagoa de Ibiraquera, que teve como objetivo trabalhar com as comunidades que vivem da pesca na Lagoa de Ibiraquera, respeitando os princípios do Fórum da Agenda 21 Local (MUNDIM, 2005).



porque, como justificam, “tudo está de acordo com a legislação municipal”<sup>7</sup>.

O Fórum ainda não conseguiu contar sistematicamente com o apoio do governo de ambos os municípios e superar a obstrução de membros comunitários, muitas vezes, provocada por questões relacionadas a diferentes visões de mundo, entre os partidários da *Via da Economia de Mercado*, do *Codesenvolvimento* e do *Preservacionismo*. Ou então, entre as populações tradicionais e as que migraram de outros lugares para viver em *Ibiraquera*, o que, há que se ressaltar, é uma característica comum entre arranjos institucionais e socioprodutivos de gênese comunitária.

Não se espera que tais contradições sejam superadas (mesmo porque a diversidade cultural é desejada), mas que ao menos se consiga dialogar sobre temas de interesse comum. Contudo, em meio às divergências, conseguiu-se avançar: freou-se os impactos de uma fazenda de camarão e de grupos empresariais hoteleiros que ameaçam tanto o equilíbrio quanto o acesso e uso da biodiversidade costeira, e ainda relevar na etapa do diagnóstico participativo o conhecimento dos moradores tradicionais, pescadores ou ex-pescadores artesanais que desenvolvem ou desenvolviam agricultura de subsistência<sup>8</sup>.

O Fórum quer consolidar a criação de um sistema de *educação para o codesenvolvimento* na área, de modo que se possa refletir permanentemente sobre os direitos e deveres de cada usuário dos recursos ambientais existentes na área (lagoa, dunas, praia e mar).

Cogita-se também a concepção de uma reserva extrativista de espelho de água, que é experiência pioneira pela suas características, onde se descentraliza cada vez mais as decisões.

Media-se a negociação de conflitos gerados pela presença de interesses diferenciados pelos usos do patrimônio comum, com base na difusão de normas jurídicas oficiais e científicas qualificadas, na qual se

formula participativamente estratégias coordenadas de ecodesenvolvimento. Estas implicam, entre outras coisas, na luta pela revitalização da pesca e da aqüicultura, na criação de alternativas nos setores de agroecologia e do turismo de baixo impacto socioambiental, na instituição de unidades de conservação co-geridas pelas comunidades locais, na revitalização do tecido cultural e na construção de uma representação *ecossistêmica* das opções de modo de vida comunitário<sup>9</sup>.

### 3.2 Turismo comunitário: um projeto no litoral do Ceará

A Prainha do Canto Verde é um lugarejo de pescadores e rendeiras, com cerca de 1.200 habitantes, localizado no município de Beberibe, próximo da capital do Estado do Ceará, Fortaleza, na Região do Nordeste brasileiro. Diante de uma luta comunitária contra a grilagem de suas terras, criou-se em 1989 a Associação Comunitária do Canto Verde. Desde, então, vem se combatendo outros problemas que afetam a área: pesca predatória, especulação imobiliária, turismo de massa e falta de apoio do governo estadual. O apoio de organizações não-governamentais (ONGs), inclusive, muitas delas criadas a partir das demandas reclamadas pela comunidade<sup>10</sup> é um ânimo para a experiência.

O que chama a atenção na área é a implantação do turismo socialmente responsável para melhorar a renda e o bem-estar dos moradores e, simultaneamente, preservar os valores culturais e as belezas naturais da região.

Este projeto de turismo foi organizado pelo Conselho de Turismo, criado em 1997, que, por sua vez, está vinculado a Associação Comunitária do Canto Verde. Além deste, existem outros conselhos, os de

<sup>7</sup> MUNDIM (2005); ARAÚJO e SAMPAIO (2004).

<sup>8</sup> SAMPAIO (2005).

<sup>9</sup> Exemplificado pelo depoimento de um pescador artesanal: “de que só sabia pescar e que tinha aprendido com seu pai e que passaria para seu filho, e que não trocaria a pesca por nada” (VIEIRA, 2004).

<sup>10</sup> MUNDIM (2005).

Educação, Saúde, Terra, Pesca e Artesanato, todos vinculados a Associação Comunitária.

O Conselho de Turismo se dinamiza através da Cooperativa de Turismo e Artesanato da Prainha do Canto Verde, que coordena as atividades turísticas e as organizam em pequenos empreendimentos coletivos e individuais, tais como pousadas, casas e quartos de aluguel, barracas de praia, passeios de bugue e lojas de artesanato – forma-se um Arranjo Produtivo e Político de Base Comunitária. Uma das pousadas, inclusive, é de propriedade da própria associação. A cooperativa, até então informal, surgiu com o intuito de possibilitar um complemento na renda familiar dos moradores, em consequência pelas dificuldades da pesca artesanal<sup>11</sup>.

Todos os empreendedores são originários da própria comunidade, portanto, não há investidores externos e os recursos permanecem na própria localidade. Diferentemente, de outras localidades próximas, como a Praia das Fontes e da Tabuba, em que predomina o chamado turismo de massa, baseadas respectivamente na rede hoteleira e no conjunto de residências secundárias (habitações de uso eventual dos proprietários).

A Prainha recebe basicamente turistas como pesquisadores, inclusive estrangeiros, algumas famílias e parentes dos moradores. Considera-se como atrativos locais o luar, casas típicas de pescadores, a pesca comercializada na própria praia, ou seja, o próprio modo de vida<sup>12</sup> – vantagens comparativas pouco percebidas na maioria dos planejamentos turísticos elaborados de maneira tecnicista.

A atividade turística iniciou com famílias que puderam, com recursos próprios ou tomando empréstimo de um fundo rotativo de recursos da associação comunitária, construir quartos e pousadas. As pessoas

que não se beneficiam diretamente da atividade turística acabam sendo auxiliadas, por um Fundo Social e de Educação, mantido parcialmente por repasse de recursos da Cooperativa de Turismo e Artesanato. É uma maneira de atuar contra a desigualdade de oportunidades<sup>13</sup>.

A atividade turística não é planejada de maneira setorial, como geralmente são os planos turísticos. Além de possuir função subsidiária, assumidamente de pequena escala, e complementar à economia da comunidade, o turismo tem papel na conservação do ambiente cultural e natural, isto é, sua gestão ancora-se na autorregulação comunitária.

Os desafios, porém, não são pequenos, como em qualquer outra experiência. Ressalta-se, nesse sentido, o desrespeito de alguns cooperados, que tentam obter vantagens individuais; necessidade freqüente de sensibilizar a comunidade para que ela se identifique como parte de todo o processo, quer na identificação de problemas quer nas suas soluções; e a falta de reconhecimento e apoio por parte dos órgãos de turismo e governamentais<sup>14</sup>.

### 3.3 Responsabilidade socioambiental empresarial no Chile: florestal Río Cruces

A história da *Florestal Río Cruces* inicia com a visita de um casal de aristocratas alemães que, impressionados com a paisagem do local, comprou uma propriedade rural para então instalar uma empresa de manejo e plantio florestal no qual se respeita princípios sustentabilistas.

Posteriormente, foram compradas outras propriedades rurais (municípios de *Lanco*, *Panguipulli* e *Los Lagos*), totalizando aproximadamente 8.000 ha (sendo 60% de bosques nativos), além da sede da Florestal que possui 2600 ha. Na administração da empresa há 19 pessoas, entre eles um gerente geral, e mais

<sup>11</sup> A Prainha do Canto Verde já coleciona duas premiações: (1) Prêmio To Do, versão 1999, por ter sido considerado projeto de turismo socialmente responsável; e (2) TOURA D'OR 2000, por melhor filme documentário sobre turismo comunitário (CORIOLANO; LIMA, 2003).

<sup>12</sup> CORIOLANO e LIMA (2003).

<sup>13</sup> IVT (2004)

<sup>14</sup> MUNDIM (2005).

31 trabalhadores diretos, além dos 50 trabalhadores indiretos oriundos de empresas associadas.

A madeira certificada, sobretudo de manejo de bosques nativos, é um mercado incipiente, de certo modo desconhecido, no qual vigora o mito de baixa produtividade quando comparado com reflorestamentos de árvores exóticas como *pinus* e eucalipto. Entretanto, a *Florestal Río Cruces* vem demonstrando que é possível conciliar responsabilidade social empresarial<sup>15</sup>) e retorno econômico quando se planta e maneja sustentavelmente florestas nativas, e se planeja a longo prazo, distanciado do imediatismo típico da lógica de mercado na qual prevalece o utilitarismo economicista.

A empresa está certificada pela *FSC (Forest Stewardship Council)*<sup>16</sup>), primando por produtos de alta qualidade (tais como molduras, madeiras semi-acabadas e acabadas, pisos, componentes de móveis e artesanato fino) ao contrário de outras empresas florestais que utilizam apenas madeiras de bosques de espécies introduzidas (não nativas). A capacitação do pessoal quanto ao uso de motosserras e artefatos florestais no manejo de bosques nativos é um dos pontos que merece atenção constante, especialmente quando se está numa região em que o desmatamento é prática comum.

A zona de atuação da *Florestal* apresenta um clima temperado chuvoso, cujas características são de alta umidade relativa, baixas temperaturas e grande registro pluviométrico anual. A área apresenta altos índices de

pobreza rural e elevado analfabetismo, o que dificulta a promoção de trabalhadores para postos de chefias, que requerem competências diferenciadas.

A *Florestal* possui uma política de boa vizinhança com as comunidades e as municipalidades aonde opera, preocupando-se com a conservação de estradas vicinais, contratando membros comunitários ora como empregados diretos e indiretos, além de doar parte dos resíduos de sua operação para utilização como lenha (vale lembrar que a lenha no Sul do Chile, além de servir como combustível para cozinhar, serve para o aquecimento das casas em virtude das baixas temperaturas durante todo o ano, com exceção do verão).

Quanto à questão social, a empresa faz doações periódicas a jardins de infância, escolas e clubes desportivos nas áreas aonde opera, além de ministrar palestras sobre a importância do manejo sustentável dos bosques nativos.

Entre os desafios de atuação, cita-se a ausência de marco legal em relação ao manejo sustentável de bosques nativos, quer pela falta de consciência das entidades governamentais, quer pelo descaso do mercado comprador em relação à origem da madeira nativa.

### 3.4 Economia de Comunhão (EdC): gestão e solidariedade em empresa chilena

A experiência de Economia de Comunhão refere-se à Sociedade de Investimentos Foco S.A. (Poupança e Crédito), sediada em Santiago (Chile).

A Foco surge a partir da falta de acesso a crédito às pessoas vinculadas ao Movimento Focolar, com o projeto de criar uma cooperativa de investimentos para aqueles membros. A cooperativa nasce em 1985, antes mesmo do florescimento do projeto global da EdC, lançado no Brasil em 1990. Na ocasião fez-se uma consulta à Federação de Cooperativas Chilenas que sugeriu ao grupo de interessados que dessem continuidade a uma cooperativa já constituída, entretanto inoperante, em vez de se criar uma nova cooperativa. Em 2004, a

<sup>15</sup> O Ministério da Agricultura chileno criou, em 1999, o Prêmio Nacional à Inovação Agrária, como reconhecimento à criatividade e esforço de iniciativas inovadoras no setor agrário. Por sua atuação, em 2003, a *Florestal* recebeu o Prêmio.

<sup>16</sup> Certificação florestal de credibilidade internacional que atesta que a madeira (ou outro insumo florestal) utilizada num produto provém de manejo sustentável, ou seja, que é oriunda de floresta, nativa ou reflorestada, explorada de forma adequada do ponto de vista socioambiental, cumprindo todas as leis vigentes. Produtos finais ou intermediários que utilizam matéria-prima florestal com o selo Cadeia de custódia FSC têm a rastreabilidade da matéria-prima da floresta até o consumidor final (<http://www.fsc.org>).

cooperativa transforma-se em Sociedade Anônima (para não transgredir a legislação chilena de bancos), reduzindo de 400 para 100 associados, utilizando-se como princípio: um sócio por família.

A Foco S.A. é constituída por pessoas físicas vinculadas ao Movimento Focolar ou então por pessoas com vínculos com membros do movimento. A sociedade é dirigida por meio de uma assembléia de sócios, eleitos sob critérios de competência e formação universitária, além de uma administradora. Nunca recebeu financiamento a fundo perdido de de outras fontes. Os financiamentos que a Sociedade contrata, de um modo geral, são destinados à aquisição de maquinários, emergências de saúde, férias, reformas residenciais, estudos universitários e compras de automóveis, cujos juros variam de 1,2% a 2%<sup>17</sup>, dependendo do capital financiado. Historicamente, os financiamentos contratados giram entre US\$ 1.000 a 23.000, limitados pela exigência de que o contratado deva possuir ao menos 1/3 do valor financiado em cotas do capital da Sociedade. Curiosamente não há registro de nenhum processo de cobrança oficial.<sup>18</sup>

Balizada nos princípios da divisão tripartite do lucro, os dividendos da Foco seguem aqueles princípios: a primeira parte é destinada ao Movimento Internacional de Economia de Comunhão, sediado em Roma (Itália), que posteriormente distribui às pessoas carentes que participam do Movimento no Chile; a segunda parte é destinada a investimentos na própria empresa; e a terceira parte destinada a projetos de formação humanista dos associados do movimento.

Do ponto-de-vista de evolução, a Foco encontra-se numa etapa madura e pronta para os novos desafios futuros, pois, aponta-se como debilidade empresarial atualmente não ambicionar o crescimento econômico.

<sup>17</sup> Bem abaixo das taxas de juros praticadas pelos bancos comerciais chilenos que giram em torno de 3,3% a.m.

<sup>18</sup> Atualmente, há um único caso de financiamento inadimplente. Prevalece a negociação em torno do respeito aos princípios da sociedade, que deve ser preservado: o interesse coletivo predominando sobre o individual.

Pensa-se na possibilidade de criação de um sócio coletivo que poderia congrega associados interessados em correr riscos maiores como o financiamento de novas empresas. Atribui-se como marco no projeto o compartilhamento de valores solidários pelos sócios.

### 3.5 Economia solidária: *Fair Trade made in Chile*

As discussões acerca do Comércio Justo iniciaram no Chile em 1996 com a união de diversas organizações não-governamentais (ONGs), voltadas às questões socioeconômicas e ambientais. Essa união, denominada Plataforma *Komyuniti*, após alguns anos de articulações, conseguiu formar uma rede de cooperação e de apoio mútuo a pequenos produtores para garantir a sustentabilidade de seus socioempreendimentos.

Em outubro de 2002, inaugurou-se a primeira Loja de Comércio Justo do Chile. Após um ano de funcionamento constatou-se a importância de disseminar o conceito de comércio justo e o significado de consumo consciente: a Plataforma *Komyuniti* concebeu a Cooperativa de Comércio Justo Chile, alicerçada numa Carta de Princípios e numa Carta de Compromissos que formalizam as diretrizes a serem seguidas por pessoas e organizações que queriam ingressar na esfera comercial da Plataforma.

Além de abarcar os interesses dos pequenos produtores, organizações da sociedade civil e consumidores, e de fomentar a formação de microrredes de Comércio Justo no Chile, a Cooperativa promove estratégias educativas para pensar e consolidar uma economia mais solidária.

A rede interorganizacional formada pela Plataforma *Komyuniti* se estende do norte ao sul do Chile, incluindo regiões metropolitanas de centros urbanos como Santiago e centros menores como Valparaíso, além de comunidades e povoados, como os descendentes dos *mapuches-huilliches* (grupo indígena

predominante entre os primeiros habitantes do Sul do Chile) e produtores da Bolívia e do Peru.

O grupo de produtores são, em sua maioria, indivíduos de baixa renda, povos autóctones e originários que ainda preservam muitos de seus costumes e tradições, vivendo em comunidades (muitas vezes isoladas) e desenvolvendo atividades relativas à agricultura familiar, à pesca de subsistência e trabalhos manuais. Os artesãos, produtores e pescadores envolvidos estão agrupados em torno de 40 organizações e o volume de vendas estimado para o ano de 2005 era de US\$ 45.000.

A grande maioria dos produtos comercializados pela Loja de Comercio Justo personifica a cultura socioprodutiva e a identidade dos territórios onde são produzidos, como:

- a) artesanato: produtos utilitários e de decoração feitos de cerâmica, fibras, madeira, couro, lã, pedras e jóias;
- b) alimentos primários: café, chá, açúcar, frutas, verduras, cereais andinos, ovos, carnes, mel, condimentos, ervas medicinais, etc.; e
- c) produtos semi-industrializados: comidas nativas, pães, vinhos, licores, biscoitos, queijos, geléias, brinquedos, sabões.

Não se verificou o envolvimento de governos locais na experiência, ou qual foi o papel do poder público local na identificação das potencialidades locais e na criação do ambiente propício para o desenvolvimento destas potencialidades. Apesar de ser uma experiência relativamente nova, verifica-se que acaba trazendo benefícios sociais, econômicos e ambientais importantes (guardadas suas proporções) às comunidades de produtores.

Por sua vez, não quer dizer que os grupos de produtores respondam totalmente aos critérios determinados pela cooperativa, o que também não invalida a experiência e nem a enfraquece. As principais debilidades da Plataforma *Komyuniti* são:

- desarticulação com governos locais;
- rigor nos critérios de integração dos cooperados à rede;
- limitação da área de comercialização da Loja de Comercio Justo, restringindo-se à região metropolitana de Santiago;
- loja com espaço físico restrito, embora esteja bem localizada;
- dificuldade de replicar tal experiência diante do ambiente competitivo da economia de mercado chilena; e
- inexperiência dos dirigentes quanto à gestão da cooperativa.

## Considerações finais

Acredita-se que nas experiências relatadas entendidas como de Ecosocioeconomia das Organizações, o agir organizacional que resulta de ações individuais compromissadas emergem de um vácuo institucional instalado na dinâmica societária. Novas tecnologias sociais surgem ponderando o agir econômico dentro de limites que promovem igualdades de oportunidades.

Nesta perspectiva, crê-se na possibilidade de um mercado mais solidário, no sentido de trocas mais justas entre vendedor e comprador, incorporando trocas compensatórias, isto é, quando a classe econômica mais privilegiada, ao menos em um primeiro momento, reduz voluntariamente sua expectativa de ganhos a favor de classes econômicas menos abastadas, valorizando conhecimento e bens de origem comunitária.

As experiências agrupadas podem ser divididas entre trabalhos teóricos ou, até mesmo, ideológicos bem elaborados, entretanto com pouca prática convincente, como os Fórum de Agenda 21 Local e as Empresas de Responsabilidade Social; e trabalhos empíricos que vêm apresentando resultados promissores, como o Turismo Comunitário, a Economia de Comunhão e a Economia



Solidária (Comércio Justo e Clube de Trocas Solidárias), entretanto, sem uma proposta clara sobre um modelo de gestão que possa ser replicado.

O que não se pode deixar de notar nas experiências analisadas é, que, todas elas apresentam em seu cerne algumas das dimensões da sustentabilidade. Exemplificando, pode-se citar a dimensão social, presente em todas as experiências; a dimensão ecológico-ambiental, notável nas experiências da Agenda 21, Turismo Comunitário e RSE; a dimensão cultural, explícita nas experiências da Agenda 21, Turismo Comunitário e Comércio Justo; e a dimensão demográfica ou espacial, destacada no Turismo Comunitário e no Comércio Justo.

Um dos desafios das experiências latinoamericanas que podem ser apontadas como indo na direção da ecossocioeconomia das organizações é o de equacionar a solução de dois problemas:

- a) indivíduos que ocupam funções de liderança, administração e fomento comunitário, que vêm conseguindo com dificuldade transformar boa vontade em gestão compartilhada (arranjo), em gestão extraorganizacional (do entorno para a organização) e ainda relevar a potencialidade tanto do conhecimento tradicional nos processos de produção quanto dos produtos comunitários na distribuição e na comercialização acabam por abandonar suas atividades por questão de sobrevivência, pois em sua maioria são militantes não-remunerados ou pesquisadores com bolsas temporárias;
- b) a dependência das experiências de associativismo legítimo e empreendimentos compartilhados de recursos de subsídios – financiados pelo Estado ou por ONGs internacionais –, e de incubação e assessoria de movimentos sociais ou centros de pesquisa universitários, restringindo a autonomia político-financeira dessas experiências. Não se questiona a relevância de políticas compensatórias em sociedades caracterizadas pela má distribuição de renda – independentemente do seu estágio político-democrático –, como acontece na maioria dos países da América Latina.

Todavia, crê-se que estas medidas compensatórias devam ser pensadas como propostas articuladas a um projeto de sustentabilidade administrativo-econômica que possibilitem, em um primeiro momento, ao menos, sobreviver diante da dinâmica capitalista e da economia de mercado para então, em um segundo momento, possibilitarem a criação de uma dinâmica própria.

A ecossocioeconomia das organizações não tem a pretensão de ser uma nova base conceitual para se pensar um outro modo de vida, como já faz o desenvolvimento sustentável. Ela deseja reorganizar conceitos já encontrados na multiplicidade de estudos existentes na literatura sobre o tema, entretanto, que carecem de sistematização pragmática na ciências sociais aplicadas – especialmente na chamada ciência da administração –, para que possa ser disseminada.

Deseja-se, entretanto, ser ambicioso com a ecossocioeconomia das organizações quanto ao pensar, analisar e experimentar metodologias de tomada de decisão que consideram a extrarracionalidade e o vetor extraorganizacional como princípios de gestão organizacional de ênfase interorganizacional (tal como o arranjo socioproductivo de base comunitária, sustentável e solidária) e que ponderem os vetores de eficiência processual, eficácia produtiva e efetividade econômica. Em outras palavras, deve-se criar alternativas que complementem as limitações da ação baseada puramente na racionalidade econômica, ampliando suas perspectivas de análise quantitativa (de curto para médio e longo prazos) e qualitativa (da economia para ecossocioeconomia), inseridas nos modelos de gestão empresarial que acabam replicadas (muitas vezes devidas adaptações) no setor público e no chamado terceiro setor, como se fossem organizações com características de propriedade e finalidade semelhantes.

É necessário instigar a dimensão tácita do conhecimento de ênfase cultural-social territorial e a sabedoria tradicional de ênfase cultural-produtiva territorial na chamada ciência administrativa.

Concorda-se que tais conhecimentos são relegados sob a justificativa de não possuírem cognição, especialmente quando observados a partir da

perspectiva da racionalidade individual ou organizacional, pois não se sabe mensurá-los. Portanto, de um lado é necessário permitir a flexibilização na busca do entendimento do saber científico, considerando os saberes tradicionais nos subsídios para a formulação de decisões coladas à realidade e que, conseqüentemente, solucionam os problemas mais importantes, ditos estratégicos, do mundo da vida. De outro lado, se quer evitar o risco de cair na ideologia, no romantismo utópico e na generalização; e, muito menos, no ceticismo, na imobilidade e na especificação. Assim, a ecossocioeconomia das organizações tem como desafio encontrar mecanismos que possibilitem extrair, sistematizar e potencializar, primeiramente, o saber tradicional no âmbito da objetividade coletiva e, em segundo lugar, a dimensão tácita do conhecimento no âmbito da intersubjetividade.

Enfim, espera-se que as metodologias de Agenda 21, Turismo Comunitário, Responsabilidade Social Empresarial, Economia de Comunhão e Economia Solidária – que podem ser entendidas como indo na direção da ecossocioeconomia das organizações –, impregnadas também de certo pragmatismo, possam se multiplicar da mesma maneira que seu

par gerencial-economicista, tornando-se *cases* ou modismos globalizados.

Todavia, espera-se que sejam mais benéficos à maioria dos indivíduos e que, ainda, privilegiem horizontes temporais mais longos. O que não se pode relegar é o fato de que estas metodologias, independentemente de sua magnitude (podendo até mesmo ser consideradas pouco ambiciosas em termos de resultados), desempenham papel importante para as comunidades locais, em especial, aquelas menos desenvolvidas, de menor poder aquisitivo e, muitas vezes, à margem da economia formal. O trabalho de forma articulada e sinérgica, inclusive com o apoio de organizações (públicas, privadas e ONGs) por exemplo, acaba por proporcionar a pequenos produtores rurais, artesãos, pescadores, comerciantes, cooperados, rendeiras, etc., maiores chances de sobrevivência.

- Recebido em: 20/06/2009
- Aprovado em: 23/10/2009

## Referências

- ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- ARAUJO, G. P.; SAMPAIO, C. A. C. (Orgs.). **Relatório técnico do I Encontro de Turismo em Imbituba e Garopaba (SC)**. Florianópolis: UFSC; Blumenau: FURB, 2004.
- BERKES, F. Social systems ecological systems and property rights. In: HANNA, S. et al. (Eds.). **Right to nature: ecological, economics, cultural and political principles of institutions**. Washington, DC: Island, 1996. p.87-107.
- BEZERRA, Maria do Carmo Lima (Coord.). **Construindo a agenda 21 local**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Departamento de Articulação Institucional. 2000.
- COHEN, J.; ARATO, A. **Civil society and political theory**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1992.
- COMISSÃO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGENDA 21 NACIONAL. **Agenda 21 brasileira: bases para discussão**. Brasília: PNUD, 2000.
- CORIOLOANO, L.; LIMA, L. (Orgs.). **Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental**. Fortaleza: EDUECE, 2003.

COSTA, S. Esfera pública, sociedade civil e movimentos sociais no Brasil. **Novos Estudos do CEBRAP**, São Paulo, n.38, p.38-52, mar. 1994.

DALLABRIDA, I. S.; SAMPAIO, C. A. C.. Responsabilidade social empresarial e economia de comunhão: racionalidade empresarial na construção do desenvolvimento sustentável. In: CHAMUSCA, André Franzó et al.. **Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades**. São Paulo: Peirópolis; Instituto Ethos, 2006. v.5, p. 47-86.

DOUROJEANNI, A. Reflexiones sobre estrategias territoriales para el desarrollo sostenible. In: CONFERENCIA CUMBRE SOBRE EL DESARROLLO SOSTENIBLE, 1996. Santiago de Chile: CEPAL, 1996.

DOWBOR, L. **A formação do 3º mundo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ESPANICA. **El comercio justo: origen y evolución**. Disponível em: <<http://www.nodo50.org/espanica/cjust.html#primeras>>. Acesso em 20 jun. 2005.

FERNANDES, V.; SAMPAIO, C. A. C. Formulação de estratégias de desenvolvimento baseado no conhecimento local. **RAE Eletrônica**, São Paulo, v.5, n.2, 2006.

FISCHER, T. (Org.). **Poder local: governo e cidadania**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993.

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

IBGE. **Perfil dos municípios brasileiros: meio ambiente 2002**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=363&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=363&id_pagina=1)>. Acesso em: 16 jun. 2005.

IRVING, M.; AZEVEDO, J. **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002.

INSTITUTO VIRTUAL DE TURISMO - IVT. **Benchmarking da Prainha do Canto Verde**. Disponível em: <<http://www.ivt-rj.net/caderno/anteriores/9/benchmark/bench1.htm>>. Acesso em: 30 set. 2004.

KAPP, K. W. **The social costs of business enterprise**. Nottingham: Spokesman Books, 1963.

LÉVY, P. **A inteligência coletiva**. São Paulo: Loyola, 1998.

LUBICH, C. A experiência economia de comunhão. In: BRUNI, L. **Economia de comunhão**. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2002.

MAX-NEEF, M. **Desarrollo a escala humana: conceptos, aplicaciones y reflexiones**. Montevideo: Nordan Comunidad, REDES, 1993.

\_\_\_\_\_. **Economia descalza**. Estocolmo, Buenos Aires, Montevideo: Nordan Comunidad, 1986.

MODENESI, K. N. **Responsabilidade social nas empresas**. São Paulo: Instituto Ethos, 2003. Prêmio Ethos Valor de Responsabilidade Social Empresarial.

MUNDIM, R. (Org.). **Laboratório de gestão em organizações que promovem o desenvolvimento sustentável (LaGOE)**. Edital 006/2003 – Cidadania. In: Relatório. 2005. Blumenau: FURB, 2005.

PLATAFORMA KOMYUNITI. **Cooperativa Comercio Justo Chile**. Disponível em: <[http://www.tiendacomerciojusto.cl/es\\_que\\_es\\_comercio\\_justo.php](http://www.tiendacomerciojusto.cl/es_que_es_comercio_justo.php)>. Acesso em: 26 maio 2005.

RAZETO, L. O papel central do trabalho e a economia de solidariedade. **Proposta**, Rio de Janeiro, n.75, p. 91-99, dez./fev. 1997.

ROUSSEAU, J. ; ROUSSEAU, J. **Do contrato social: discurso sobre a economia política**. São Paulo: HEMUS, 2001.

SACHS, I. **Desenvolvimento includente, sustentável sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

\_\_\_\_\_. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986a.

\_\_\_\_\_. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986b.

\_\_\_\_\_. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel, Fundap, 1993.

\_\_\_\_\_. **Inclusão social pelo trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

- SACHS, I. **Rumo à ecossocioeconomia**: teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.
- SAMPAIO, C. A. C. A construção de um modelo de gestão que o promove o desenvolvimento sustentável. **Cadernos Ebape**, Rio de Janeiro, n.5, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Gestão organizacional estratégica para o desenvolvimento sustentável**. Itajaí: UNIVALI, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Gestão que privilegia uma outra economia**: ecossocioeconomia das organizações. Blumenau: FURB, 2009 (No prelo).
- \_\_\_\_\_. **Turismo como do fenômeno humano**: princípios para se pensar a ecossocioeconomia. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.
- SAMPAIO, C. A. C.; FERNANDES, V.; MANTOVANELI JUNIOR, O. Economia social: razão e sensibilidade. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO INTERCULTURAL, GÊNERO E MOVIMENTOS SOCIAIS, 2., 2003, Florianópolis. **Anais...**, Florianópolis, 2003. 1 CD-ROM.
- SAMPAIO, C. A. C. et al. Arranjo socioproductivo de base comunitária: o aprendizado a partir das cooperativas de Mondragón. **Organizações & Sociedade**, v.46, p.77-98, 2008.
- SAMPAIO, C. A. C.; SOUZA, V. F. Em busca de uma racionalidade convergente ao ecodesenvolvimento: um estudo exploratório de projetos de turismo sustentável e de responsabilidade social empresarial. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.40, n.3, p.411-425, maio/jun. 2006.
- SANTOS, M. **Metamorfose do espaço urbano**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, Annablume, 2002.
- SANTOS, B. S.; RODRÍGUEZ, C. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, B. S. (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p.23-77.
- SEIXAS, C. S. Abordagens e técnicas de pesquisa participativa em gestão de recursos naturais. In: VIEIRA, P. F.; BERKES, F.; SEIXAS, C. S. (Orgs.). **Gestão integrada e participativa de recursos naturais**. Florianópolis: Secco/APED, 2005.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- VIEIRA, P. F. (Coord.). **Avaliação local participativa de ecossistemas litorâneos no Sul do Brasil**. Projeto piloto de criação de uma Agenda 21 local na área da Lagoa de Ibiraquera, municípios de Imbituba e Garopaba, Santa Catarina; relatório parcial. Florianópolis: UFSC. Núcleo de Meio Ambiente e Desenvolvimento, 2004. Mimeo.
- WACKERNAGEL, M.; REES, W. **Nuestra huella ecológica**. Buenos Aires: LOM Ediciones, 2001. (Colección Ecología & Médio Ambiente).
- WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION – WMO-UNEP, United Nations Environmental Programme. **Intergovernmental panel on climate change**. Paris, February, 2007.